



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2022 a 31/05/2022

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/7

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-10:40
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	RUDINEI MARQUES	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. RUDINEI MARQUES - Bom dia, Deputado Bohn Gass.

Cumprimento também o Deputado Antonio Brito, autor do requerimento que me convidou para esta sessão. Cumprimento as senhoras e os senhores.

Falo em nome do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE, que representa 37 associações e sindicatos da área pública.

Deputado Bohn Gass, é sabido que o mundo hoje atravessa graves crises, como a crise ambiental, a crise econômica e social, a crise política, a crise da democracia e, agora, a crise sanitária. Todas essas crises aqui no Brasil se intensificam. Há uma crise no mundo do trabalho, Deputado. Eu participei da Conferência da OIT em 2019, uma conferência centenária, que tirou uma declaração pela decência do trabalho, quer dizer, por trabalho decente, por trabalho que valorize e coloque no centro da questão o ser humano. É isso que nós precisamos fazer.

Infelizmente, como o Deputado Bohn Gass retratou há pouco aqui, nós estamos no caminho inverso, no caminho do retrocesso. No mundo do trabalho, parece que soltamos as quatro bestas do Apocalipse. Há subtração de direitos trabalhistas. A reforma da Previdência fez com que os trabalhadores tivessem que trabalhar mais, contribuir mais e receber menos na aposentadoria. Nós temos agora a retomada da inflação, que tira dinheiro do bolso do trabalhador. Temos, por consequência, a fome voltando para a mesa do trabalhador. Há pouco,



num mercado em Brasília, nós vimos pessoas disputando para comprar cebola a 99 centavos o quilo. Isso é inconcebível! É o caos! É o caos! Nós estamos vivendo o caos. As crises se intensificam aqui no Brasil. Somos o 12º país no mundo em mortes pela COVID por milhão de habitantes.

Mas, Deputado Bohn Gass, a boa notícia é que, do caos, sobrevém a ordem. Como disse Nietzsche, em *Assim Falou Zarathustra*, é preciso que exista um caos dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante. Essa estrela cintilante é a esperança do trabalhador por dias melhores. Não podemos deixar morrer essa esperança. Temos que lutar, como lutamos contra a PEC 32, da reforma administrativa, uma reforma que queria importar para dentro do serviço público a malfadada reforma trabalhista da iniciativa privada; uma reforma que trazia para dentro do serviço público a entrega do público ao privado via instrumentos de cooperação; uma reforma que propunha o fim do concurso público, porque os contratos temporários poderiam chegar a 10 anos; uma reforma que propunha a redução indiscriminada de salários em até 25%. Vencemos! Vencemos com o apoio de grandes Parlamentares, como foi o caso do Deputado Bohn Gass, que esteve conosco desde o primeiro momento.

O recado que queremos passar neste momento, aqui, agora, em celebração ao Primeiro de Maio, é justamente este: é necessária uma aposta na união, na luta, na combatividade da classe trabalhadora. Podemos, sim, vencer. Juntos, precisamos evitar que a reforma trabalhista seja importada para dentro do serviço público - a PEC 32 ainda está viva - e, mais do que isso, temos que derrotar a própria reforma trabalhista.

Obrigado, Deputado. Um abraço saudoso, caloroso e forte a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras do Brasil.

Documento 2/7

48.2022

Sessão Comissão Geral 03/05/2022-11:48

Publ.: DCD - 04/05/2022 -

LEONARDO MONTEIRO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO GERAL

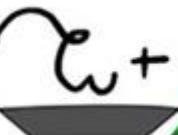
COMISSÃO GERAL

DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Muito obrigado,



Presidente Bohn Gass.

Eu quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas e cumprimentar também todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão acompanhando esta sessão.

Quero parabenizar pela realização desta Comissão Geral, que tem o objetivo de celebrar aqui o Primeiro de Maio, o dia da classe trabalhadora.

No entanto, Sr. Presidente, nós estamos num momento muito difícil neste País, momento em que o Presidente da República, no dia 1º de maio, convoca a população para poder fortalecer as suas atitudes contra a classe trabalhadora. É um Governo que provoca a carestia e cada vez mais as coisas estão aumentando de preço no nosso País.

No momento em que nós temos mais de 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados, o Governo convoca a população para fazer manifestação contra o Supremo Tribunal Federal, convoca a população para fazer manifestação contra a democracia e reforçar o arbítrio, enquanto nós temos que defender o Estado Democrático de Direito no nosso País, Sr. Presidente.

Mesmo assim, nós estamos aqui fazendo a resistência, estamos representando a classe trabalhadora no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, na institucionalidade.

Nós queremos e estamos lutando para revogar a reforma da Previdência, que prejudica a classe trabalhadora, que praticamente impossibilita o trabalhador e a trabalhadora de se aposentar, e uma reforma trabalhista que precariza as condições de trabalho no nosso País. Tanto a reforma da Previdência, como a reforma trabalhista pioraram as condições de vida para a população brasileira, sobretudo para a classe trabalhadora.

Nós tivemos algumas conquistas que podemos comemorar. Uma delas foi ter enterrado a votação da PEC 32. Com a nossa luta aqui, mesmo sendo minoria, nós conseguimos fazer com que a PEC 32, que é a reforma administrativa, não fosse votada na Câmara dos Deputados. Conseguimos também, no Congresso Nacional, impedir a privatização dos Correios, e estamos agindo ainda no TCU para dificultar ou impossibilitar a privatização do sistema ELETROBRAS no nosso País. São conquistas importantes que nós podemos celebrar na Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria que fosse divulgado nos órgãos de comunicação o nosso pronunciamento.



Muito obrigado.

Documento 3/7

49.2022 Sessão Deliberativa 03/05/2022-17:00
Publ.: DCD Extraordinária - CD
04/05/2022 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DE 03/05/2022 COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a convocação pelo Presidente Jair Bolsonaro, no dia 1º de maio, de manifestações contra a democracia e o Estado Democrático de Direito. Importância da resistência contra a retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer mais uma manifestação sobre o dia 1º de maio.

Eu gostaria que fosse divulgado o meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, o dia 1º de maio, último domingo, foi um dia importante. Como foi dito aqui, essa data é sagrada para a classe trabalhadora, é um dia de comemoração e celebração de lutas e, às vezes, de conquistas da classe trabalhadora. Entretanto, nós estamos vivendo um momento muito difícil neste País. Nós temos que nos organizar para fazer a resistência, como fizemos aqui contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista, que sem dúvida nenhuma trouxe prejuízos enormes para a classe trabalhadora.

Infelizmente, nós temos um Presidente da República que usa o Primeiro de Maio de forma indevida para convocar os seus seguidores para fazerem manifestação popular contra a democracia, contra o Estado Democrático de Direito, contra a população, sobretudo contra os trabalhadores, com frases fortes, como, por exemplo, a defesa da intervenção militar, com ele no poder. Defendem intervenção militar e ditadura. É uma afronta à classe trabalhadora usar o Primeiro de Maio para esse tipo de manifestação.

Nós continuamos fazendo a resistência, Sr. Presidente, como fizemos quando evitamos a votação da PEC 32, que seria um desastre para os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público do nosso País.



Nós continuamos aqui fazendo a resistência contra a privatização dos Correios, contra a privatização do Sistema ELETROBRAS.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos que estão nos ouvindo, nós exigimos respeito ao Primeiro de Maio. Fora, Bolsonaro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/7

64.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/05/2022-15:36
Publ.: DCD 19/05/2022 -	- ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.401, de 2019, do Poder Executivo, (apensado ao Projeto de Lei nº 3.179, de 2012), sobre a regulamentação da prática de educação domiciliar no País (*homeschooling*). Defesa de rejeição do mérito da proposição.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Rosangela Gomes, Deputados e Deputadas, o assunto que eu trago hoje a tribuna também é a educação. E, assim como o Deputado Professor Israel Batista, faço uma solicitação de que não votemos a urgência desse projeto do chamado *homeschooling*.

A educação tem sido o alvo predileto de ataque do bolsonarismo.

Desde que o Governo Bolsonaro assumiu, nós recebemos ataques quase que diários ao sistema educacional público brasileiro. Mas isso não é de se estranhar. A ultradireita sempre fez isso em qualquer parte do mundo. Hitler chegou a queimar livros - ele e seus nazistas na Alemanha - porque discordava de um ensino que pudesse ser público e queria impedir que as ideias fossem plurais e que a sociedade tivesse conhecimento delas.

Essa ideia de *homeschooling* é uma contraposição, na verdade, à ideia da escola pública, infelizmente. Num debate que eu fiz outro dia sobre esse tema, um defensor do *homeschooling* disse que o desejo deles é que isso fosse para todos. Imaginem uma escola que é para todos, não



a escola pública, mas a escola em casa, a educação domiciliar para todos, substituindo a escola pública. Há, por trás disso, uma visão elitista, certo medo de que as coisas se misturem na sociedade. Mas elas precisam se misturar nesse sentido, porque nós defendemos a igualdade social, defendemos que todos tenham plenos direitos. E é evidente que desde a infância temos que conviver com a diversidade de pensamentos, com a diversidade de ideias. A escola pública é, portanto, um aprendizado importante não só do ponto de vista pedagógico, mas também do ponto de vista ideológico.

Alguns dizem: "Mas o homeschooling não será para todos, será apenas para alguns". Por que isso? Por que essa diferenciação, e não o fortalecimento de um modelo que no Brasil nos foi essencial? Vamos lembrar que a escola pública para todos é vitoriosa em especial a partir da Constituição de 1988. Então, é nova no Brasil a qualificação e a abrangência que tem a escola pública da creche até a universidade. É esse sistema que precisa ser fortalecido no Brasil.

Fazer um sinal contrário agora, tentando mudar esse modelo com a educação domiciliar que venha de uma vez ou paulatinamente substituir a escola pública é um desserviço ao povo brasileiro, especialmente àqueles que precisam da escola pública no Brasil.

Eu faço um apelo ao conjunto dos Deputados e das Deputadas para que não aprovemos essa urgência, a fim de que possamos discutir esse processo de maneira serena, e que fortaleçamos, mais uma vez, a escola pública brasileira.

Nós conseguimos frear a tal da PEC 32, a "PEC da reforma administrativa". Mas o que ela tem a ver com tudo isso? Tem muito a ver, porque a tal reforma administrativa também visava substituir o ensino público brasileiro pelo ensino privado, através da privatização da prestação de serviços na educação e na saúde. Essa vitória nós tivemos, por enquanto. Vamos mantê-la.

Não ao homeschooling!

Documento 5/7

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/05/2022-10:40
Publ.: DCD 27/05/2022 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário



Apropriação, pelo Presidente da República, do Estado brasileiro para a sua proteção pessoal e dos seus familiares. Denúncia de corrupção no âmbito dos Ministérios da Saúde e Educação. Confiança na prisão do Presidente Jair Bolsonaro pela gama de crimes praticados. Não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de recomposição dos salários do funcionalismo público. Tentativa do Presidente da República de desestruturação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Apoio à recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estamos vivenciando um País, um Estado, que está sendo capturado para que sirva aos governantes e à iniciativa privada.

O Presidente da República acha que o Estado é dele, que tem que servir como baluarte para protegê-lo, assim como à sua família, a fim de que não sofram as investigações sobre os crimes que cometem, que são a cada dia mais nítidos.

Por isso, nós vamos ver no Ministério da Educação um Ministério paralelo, onde pastores negociam propina. Nós vamos ver no Ministério da Saúde também um profundo esquema de propina no auge da pandemia, com também um Ministério paralelo.

É preciso devolver o Estado para povo brasileiro. O Estado tem que existir para enfrentar os problemas nacionais e se transformar em políticas públicas pela ação de servidores e servidoras.

O Governo, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, tentou fazer com que o Estado saísse do povo brasileiro, tentou acabar com a estabilidade, colocar o Estado a seu serviço, a serviço da sua proteção, para que não seja investigado pelos crimes - e será investigado. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o destino de Jair Bolsonaro é a prisão, por todos os crimes que cometeu.

A PEC 32 representava a constitucionalização dessa concepção de Estado. E nós temos a nítida impressão de que Bolsonaro quer aplastar, atacar servidores e servidoras, porque estes garantem, resistem para que o Estado possa servir ao povo brasileiro. É por isso que merecem ter a recomposição dos seus salários.

A reivindicação não é só de servidores e servidoras, é de todo o Brasil.

O que faz Jair Bolsonaro? Tenta se apropriar da EMBRAPA para que ela sirva a seus amigos e não ao povo brasileiro. Bate palmas para a lógica antissindical que está na EMBRAPA. Esta, inclusive, já foi denunciada. Constatou-se que, na EMBRAPA, há um assédio moral



institucional, que independe das relações interpessoais. Agora a empresa está perseguindo os sindicatos, está tirando as sedes. Os sindicatos pagam por elas. Alugam a sede para outros segmentos, mas não alugam para os sindicatos. Nós temos EMBRAPA em todo canto do Brasil, e as estruturas da EMBRAPA eram alugadas para que o sindicato ali estivesse. Elas eram alugadas ao sindicato, para que ali pudessem defender os direitos de trabalhadores e trabalhadoras. E agora o que se faz? Tenta-se tirar. Aluga-se para quem quer que seja, menos para as entidades sindicais.

O Brasil vai voltar a ser um país digno, com Lula Presidente!

Documento 6/7

73.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	31/05/2022-16:00
Publ.: DCD 01/06/2022 -	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Importância de realização da reforma administrativa para a redução do Custo Brasil e da carga tributária imposta aos contribuintes brasileiros. Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) Sem revisão do orador.) - Presidente, muitos me perguntam se a reforma tributária vai diminuir a carga tributária no Brasil, e a resposta é "não". A reforma que tem capacidade de diminuir a carga tributária do brasileiro é a reforma administrativa, porque a carga tributária brasileira é do tamanho do Estado e acarretará mais um déficit se todos os tributos não conseguirem pagar tudo aquilo de que o Governo precisa. Portanto, a única forma de diminuirmos a carga tributária, o peso sobre o cidadão, é fazendo uma reforma administrativa.

Nós temos hoje o inchaço da máquina pública, com privilégios e supersalários. Há estabilidades que são incompreensíveis, bônus, férias de 60 dias, aumento por tempo de serviço, licença-prêmio, incorporação de salários, falta de critério de desempenho, com a impossibilidade de desligamento de alguém por falta de desempenho. Tudo isso custa muito para o brasileiro, que tem que pagar essa conta, que tem que carregar nas costas esse Estado, o qual sustenta muitas vezes os privilegiados.



A reforma administrativa é fundamental para diminuir a carga tributária e diminuir o Custo Brasil. Quando o Custo Brasil é muito alto, as pessoas não conseguem pagar, não conseguem comprar, e, portanto, as empresas não conseguem vender. Daí não temos investimentos, não temos geração de emprego e renda. Vejam como voltamos a um ciclo vicioso muito nocivo. Por isso, a reforma administrativa ajuda muito no social, na geração de emprego e renda, na eliminação das desigualdades sociais motivadas pela não geração de riqueza.

A reforma tributária também é fundamental por termos um péssimo sistema tributário. Mas mostro aqui a importância da reforma administrativa, trazendo a eficiência e a eficácia à administração do Estado, à administração pública, tão importante para a sociedade com um Estado que entregue muito mais custando muito menos.

Sr. Presidente, peço que minhas palavras possam ser publicadas no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 7/7

73.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 31/05/2022-16:12
Publ.: DCD 01/06/2022 -	- PAULO RAMOS-PDT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do compromisso de concessão de reajuste salarial aos policiais federais, aos policiais rodoviários federais e aos policiais penitenciários federais. Defesa de reorganização do serviço público e de recuperação de perdas salariais do funcionalismo em geral. Inadmissibilidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já tive a oportunidade de dizer aqui que Madre Teresa de Calcutá, que era santa, disse que o pior dos homens era o mentiroso. E aí fico diante, por exemplo, dos policiais federais, dos policiais rodoviários federais, dos policiais penitenciários federais, que receberam do Presidente da República a promessa de que teriam um reajuste salarial compatível com a importância das atividades que desempenham, mas também a partir das muitas perdas

salariais acumuladas ao longo dos últimos anos. Obviamente, após essa promessa, os demais servidores públicos, que também têm perdas acumuladas - e muitas perdas -, passaram a entender que o reajuste, recuperando pelo menos as perdas, deveria alcançar todos os servidores federais.

Agora, o Presidente Jair Bolsonaro tenta, de forma a mais ardilosa, dividir os servidores públicos, dizendo aos policiais federais, aos policiais rodoviários federais e aos policiais penitenciários federais que ele não pode dar o reajuste, porque não há recurso para contemplar todos os servidores e que a culpa é dos demais servidores.

Neste instante acontece na Casa um ato público, reunindo os setores do serviço público federal, todos unidos. E o representante da Polícia Federal disse: "*Não vamos admitir divisão, não vamos acreditar no Presidente, que tenta jogar servidor contra servidor*". Recuperar as perdas é um dever constitucional. Ao não fazê-lo, o Presidente da República incorre em crime de responsabilidade.

Portanto, parabéns aos agentes federais da segurança pública, que não se deixam seduzir. Mas, acima de tudo, eles já dizem que foram traídos pelo Presidente da República e não aceitam divisões no serviço público. Reajuste, já! Recuperação das perdas para todos os servidores públicos federais, de todos os setores! E, acima de tudo, reorganização do serviço público!

Um "não" profundo à PEC 32!

Fora, Bolsonaro!

Peço a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.
